

## **Neoliberalismo no esporte**

**Emir Sader** Agência Carta Maior 18-10-2004

Passada a euforia neoliberal na economia, se deveria fazer uma revisão dos efeitos nocivos da onda liberalizante que ajudou a aprofundar a falência dos clubes, promoveu a mercantilização do direito de passe, enfraqueceu o espírito associativo dos clubes e fez do jogador vitrine de patrocinadores.

Simultaneamente à euforia neoliberal, a confiança redescoberta no mercado como “melhor alocador de recursos”, motor da dinamização da economia e de tudo o mais, criou-se um aparente consenso de que a “profissionalização” do futebol seria a solução para o reino dos cartolas, para o caráter deficitário dos clubes de futebol e para a falta de incentivo para os outros esportes.

Depois de várias tentativas, foi aprovada a chamada Lei Pelé – ministro dos esportes do governo FHC -, que revolucionaria os esportes no Brasil, a começar pelo futebol. A chegada de financiamentos privados impediria que cartolas, eleitos pelos seus pares, impusessem o poder de uma minoria, fazendo com que os clubes passassem a ser administrados conforme a racionalidade supostamente imperante nas empresas privadas e não mais com o caráter discricionário e corrupto que predominaria nos clubes. Estes, junto com qualquer tipo de regulação estatal, foram abominados, em nome das relações de oferta e procura, que permitiria o Brasil gozar da infinita safra de jogadores, irrigando de maneira interminável nossos clubes.

Passada a euforia neoliberal no plano da economia, se deveria fazer uma revisão drástica dos efeitos nocivos dessa onda liberalizante que ajudou a aprofundar a falência dos clubes, promoveu a mercantilização mais radical do antigo direito de passe dos jogadores – que deixaram a autocracia dos clubes pela ganância desenfreada dos empresários -, enfraqueceu o espírito associativo dos clubes e fez dos estádios e dos jogadores vitrines de patrocinadores dos mais diferentes tipos. Ao mesmo tempo, esportes como o vôlei e o basquete ficaram à mercê dos planos de publicidade das empresas privadas que podem ora patrocinar com muitos recursos uma equipe, ora permitir que se extinga em pouco tempo. Os clubes de diferentes modalidades ficam completamente à mercê da disposição da mídia de transmitir um campeonato, enquanto jogadores são exportados como se fossem banana verde, aos 15 e aos 16 anos, para qualquer lugar do mundo e transferências milionárias rendem pouquíssimos recursos para os clubes ou ficam com o destino dos recursos nunca suficientemente esclarecidos. O tudo se vende, tudo se compra debilita o espírito dos clubes, o chamado “amor à camisa” e a fidelidade das torcidas dos grandes clubes.

Para espanto de tantos, não existe campeonato nacional de futebol feminino no Brasil, porque não é rentável, seja porque não há patrocinadores privados

interessados, seja porque não há interesse de transmissão dos canais de televisão. Os clubes de voleibol levam o nome da empresa que naquele momento patrocina a equipe, desfigurando o espírito de competição e a própria existência de clubes, que desaparecem detrás dos logotipos dos patrocinadores.

Em suma, a chamada Lei Pelé, sem sequer tem representado a moralização nos esportes – veja-se os escândalos protagonizados por empresários de grandes jogadores encarcerados -, significou o oposto do que o esporte significava, com o reinado do dinheiro e não da dedicação a um clube, da importância da competição, da beleza técnica dos jogos. Quando um técnico – Péricles Chamusca, atualmente no São Caetano - disse recentemente que quem quiser ver espetáculo, deveria ir ver o show da Ivete Sangalo -, revelou um segredo conhecido por todos. Quando tantos recursos monetários estão em jogo, quando o jogador tem um preço que pode variar pelo que faça ou deixe de fazer em um jogo, quando um jogador joga por duas equipes distintas no mesmo campeonato, porque foi vendido de um clube a outro, quando o público presente nos estádios conta pouco, porque os recursos fundamentais vêm das transmissões e não da torcida, quando os empresários decidem o destino dos jogadores e não os clubes que os revelaram – quando impera o reino do dinheiro, o esporte fica ferido de morte.

Sem retomada do espírito associativo, sem maior protagonismo dos clubes, sem que estes sejam mais financiados pelos sócios e pelas torcidas do que pela mídia, sem que os jogadores tenham que permanecer no país até uma idade mínima, sem que o poder público financie a formação básica de jogadores, sem que os jogadores possam participar das decisões dos campeonatos de que participem, sem que se democratizem e se moralizem as federações – a liberalização do futebol terá representado sua mercantilização, com o triunfo do dinheiro sobre o esporte. Solução de fundo, só mesmo quando uma educação pública universal e de qualidade se funda com a prática esportiva maciça. Mas para isto não basta romper com a mercantilização atualmente reinante, será preciso romper com a própria lógica do lucro.

*\* Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e autor, entre outros, de “A vingança da História”.*